

# Novo modelo reduz custo da CNH a menos de R\$ 700

Novas normativas entram em vigor a partir de 5 de janeiro de 2026

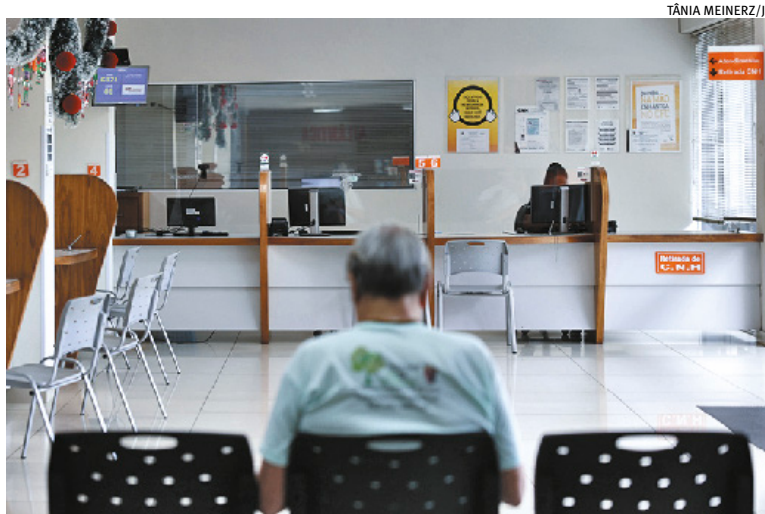
## / TRÂNSITO

O custo para obter a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) no Rio Grande do Sul deve reduzir de forma significativa com o novo modelo de habilitação em vigor desde dezembro de 2025, após a publicação de Resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e de Medida Provisória do governo federal. A reorganização das etapas, a digitalização de parte do processo e a redução de exigências tradicionais levaram a projeções de queda de até 78% no custo total, com cenários que colocam o valor final da habilitação para categorias comuns abaixo de R\$ 700,00.

Uma das mudanças centrais do novo modelo é a possibilidade de abrir e acompanhar todo o processo pelo aplicativo “CNH do Brasil”, versão atualizada do antigo app Carteira Digital de Trânsito (CDT). Pelo celular, o candidato pode iniciar o requerimento da primeira habilitação, acessar o curso teórico gratuito e digital, acompanhar etapas como coleta biométrica, exames e agendamento de provas, além de baixar a versão digital da CNH após a aprovação.

O curso teórico, que antes exigia dezenas de horas presenciais em autoescolas, passa a ser 100% digital e gratuito, realizado diretamente pelo aplicativo CNH do Brasil. Após a conclusão, o certificado é registrado automaticamente no Sistema Nacional de Trânsito, dispensando etapas presenciais apenas para validação do conteúdo.

Outra alteração relevante é a redução drástica da carga mi-



Processos presenciais terão custos e mudanças relevantes

nima obrigatória das aulas práticas. O novo modelo passa a exigir apenas duas horas de aula prática, que podem ser realizadas com instrutores credenciados pelo Detran ou por meio de preparação personalizada, inclusive com veículo próprio, desde que acompanhado por instrutor autorizado.

Apesar da flexibilização, a prova prática presencial aplicada pelo Detran permanece obrigatória, como forma de comprovação da aptidão técnica do candidato para condução de veículos, mantendo o critério de avaliação prática no processo de habilitação.

As etapas presenciais que ainda geram custos permanecem, mas com mudanças relevantes. O valor combinado dos exames de aptidão física, mental e avaliação psicológica passou a ter teto máximo de R\$ 180, conforme diretrizes da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran). A medida busca coibir cobranças excessivas, ampliar a previsibilidade de custos e uniformizar valores em todo o País.

No Rio Grande do Sul, as ta-

xas obrigatórias do Detran – que incluem exames, provas e emissão do documento – somavam R\$ 420,41, independentemente da autoescola escolhida. E o processo frequentemente superava R\$ 2,7 mil apenas nas etapas básicas.

Com as novas regras, mantendo esse conjunto de taxas e considerando o teto para exames médicos e a flexibilidade nas aulas práticas, o custo total estimado para categorias A e B caiu para aproximadamente R\$ 589,00 a R\$ 665,00.

A variação está associada, principalmente, à necessidade de locação de veículo para a prova prática e à estratégia de preparação adotada pelo candidato, que passa a ter maior liberdade para organizar o processo conforme sua realidade.

A avaliação do governo federal é de que as medidas tendem a ampliar o acesso à habilitação, especialmente entre jovens e moradores de cidades menores, onde o custo elevado era um fator limitante.

# Perícia segue atuando após incêndio em escola de Santa Maria

## / TRAGÉDIA

Nesta segunda-feira, foi retomada a perícia no Colégio Marista Santa Maria, atingido por um incêndio de grandes proporções na noite de sexta-feira. Sandro Meinerz, delegado regional da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, falou em coletiva após os trabalhos realizados e ressaltou que os peritos avaliaram diferentes aspectos para concluir os estudos que haviam iniciado no final de semana. Nenhuma hipótese ainda é descartada.

De acordo com informações, o início do incêndio se deu nos andares superiores do prédio centenário e foi se alastrando para os pavimentos inferiores. Os bombeiros foram acionados e o combate durou por cerca de três horas, sem registro de feridos. No domingo, dois dias após o ocorrido, foi identificado um rescaldo do incêndio, que foi rapidamente controlado pelas autoridades. Em 2025, o Colégio Marista Santa Maria completou 120 anos de atuação.

Em comunicado oficial, a escola confirmou que o ano letivo de 2026 segue mantido, sem alterações. “Asseguramos que o ano letivo de 2026 está mantido. Realizaremos todas as atividades pe-

dagógicas, os eventos e agendas, refletindo a força coletiva e a fé que nos orientam. Atualmente, uma perícia está em andamento para avaliar a situação e fornecer um laudo detalhado sobre os danos. Assim que a estrutura for liberada pelas autoridades competentes, estaremos prontos para dar continuidade ao nosso plano cuidadoso de retomada e renovação das estruturas”.

Após serem finalizados os estudos de campo, os profissionais envolvidos se reunirão para discutir as informações coletadas nas perícias e irão construir o laudo definitivo que irá apontar as conclusões técnicas do incêndio.

Em nota, o IGP esclarece que apenas se manifesta via comunicados oficiais, em respeito às investigações que fazem parte da Polícia Civil. “Destacamos que todas as atividades são conduzidas com rigor metodológico, visando a correta coleta e análise dos vestígios. Trata-se de um trabalho técnico, cuja duração não pode ser previamente estimada, pois depende das condições encontradas e da complexidade do cenário periciado. O IGP permanece à disposição das autoridades competentes, prestando o suporte técnico-científico necessário ao esclarecimento dos fatos”.



Bombeiros atuaram por cerca de três horas até a contenção do fogo

# Congresso aprova cortes que podem retirar R\$ 44,1 milhões das universidades federais do RS

## / EDUCAÇÃO

Jamil Aiquele  
jamil@jcrs.com.br

As universidades federais gaúchas poderão sofrer um corte de mais de R\$ 44,1 milhões no orçamento de 2026, caso seja confirmada a Lei Orçamentária Anual (LOA), aprovada pelo Congresso na sexta-feira, dia 19, mas que ainda precisa passar pela sanção ou

veto do presidente Lula. Esses cortes representam em torno de 7% do enviado pelo Executivo ao Congresso no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e atingiram as verbas destinadas a “despesas não obrigatórias”, que dizem respeito a pesquisa e compra de equipamentos, bolsas acadêmicas e até mesmo as contas de luz e água.

Segundo dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Supe-

rior (Andifes), o projeto de lei para 2026 previa um montante de R\$ 6,89 bilhões para 69 instituições, mas sofreu um corte que o reduziu para cerca de R\$ 6,43 bilhões.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) seria uma das afetadas, com um corte de cerca de R\$ 14 milhões no orçamento previsto. A reitora Márcia Barbosa expressou profunda indignação. Segundo ela, “o Congresso Nacional realiza cortes nos orçamentos

das universidades federais especificamente para ampliar de maneira exorbitante os recursos destinados às emendas parlamentares”.

“Todo ano o Congresso está tirando dinheiro de quem executa política pública para jogar e ampliar as emendas parlamentares. E se tu olhares a série histórica do valor das emendas, é um absurdo: cresceu, há 10 anos, de R\$ 1 bilhão para R\$ 60 bilhões. Estou muito indignada com essa série de ano

após ano, o Congresso Nacional se auto privilegiar”, lamentou.

O deputado federal Paulo Pimenta (PT) afirmou, através de um vídeo no Instagram, que a redução não partiu do Poder Executivo, mas sim de decisões tomadas pelo Congresso Nacional. E ele concordou com a versão trazida pela reitora, destacando que “a verba foi redirecionada para engordar recursos administrados diretamente por deputados e senadores”.